

MEMÓRIA DA 15ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO CONJUNTA COM GT CONSULTAS AMBIENTAIS E SUBCOMITÊS JUQUERI-CANTAREIRA e PINHEIROS PIRAPORA - GESTÃO 2023-2025		
DATA: 27/02/2024	HORÁRIO: 09h30	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Entidade	Nome	
IAB	Jordana Alca Barbosa Zola	
ANGua	Mário Fontes	
UFABC	Renata Moreira	
CIESP Distrital Oeste	Élcio de Sales	
MDV	Bianca Forti	
MDV	Virgílio Alcides de Farias	
Secretaria da Saúde	Mário César L. N.	
AESABESP	Sonia Nogueira	
UNIFESP	Letícia Trombeta	
IPT	Gerson Salviano	
DAEE	Marcia	
PM de São Paulo	Teresa Maria Emídio	
PM de São Paulo	Ligia Pinheiro de Jesus	
PM de São Paulo	Rosélia Ikeda	
PM de Santana de Parnaíba	Vitor Silveira	
PM de Caieiras	Israel Rodrigues	
CONVIDADOS		
Entidade	Nome	
FABHAT	Ana Sedlacek	
PM de Cotia	Agnaldo	
PM de Francisco Morato	Nelson Henrique Maganhoto	
PM de São Paulo	Wellington Tohoru Nagano	
PM de São Paulo	Sergio Massamitsu	
PM de São Paulo	Hélia Maria Pereira	
AEAIS	Jumara Bocatto	
PM Ferraz de Vasconcelos	Elaine	

ASSUNTOS TRATADOS

1. Parecer Técnico do Geocal, em Santana de Parnaíba.

Jordana iniciou a reunião, agradeceu a participação de todos e comentou brevemente sobre a proposta de elaboração de uma planilha que auxilie na análise e, ao mesmo tempo, padronize as avaliações dos empreendimentos que causam impactos nos recursos hídricos. A ideia seria trabalhar de forma similar ao que já é feito durante a análise dos empreendimentos FEHIDRO.

Na sequência, apresentou a minuta de Parecer Técnico referente ao EIA/RIMA, cujo empreendedor é a GEOCAL Minerações. O empreendimento em questão está em operação com licenciamento válido até 2025 e tem como objeto solicitar nova licença para ampliação da cava e extração para áreas de depósito de estéril, com nova vida útil de 81 anos.

Jordana informou que, segundo o empreendedor, os impactos no rebaixamento do nível d'água subterrâneo serão circunscritos ao limite da propriedade do empreendedor, na Área Diretamente Afetada e de domínio da Geocal. Entretanto, alertou que isso seria uma questão a se observar, pois o fluxo subterrâneo não obedece tais limitações e, do ponto de vista da proteção dos recursos hídricos, os limites fundiários particulares não correspondem a nenhuma unidade hídrica ou hidrológica.

Além dos impactos nas águas subterrâneas, Jordana pontuou as seguintes questões:

- O processo de extração demanda o bombeamento de água e boa parte dela será lançada nos rios Juqueri e Tietê;
- A compensação ao final dos 81 anos será um aterro na cava e que não foi verificado um estudo de impacto dessa solução futura;
- Os parâmetros de análise e aprovação ambiental mais recorrentes não contemplam a dimensão simbólica e a relevância espacial de determinadas feições físico-territoriais, que podem ser expressas pelo comportamento hidrológico, e pelas dinâmicas ecossistêmicas da flora e da biota.

Após a apresentação das recomendações, Jordana abriu a palavra para os demais membros.

Mário César (CVS / Secretaria da Saúde de Cajamar) relatou sua preocupação com relação aos impactos que a extração de minérios pode gerar para a saúde humana a partir da emissão de particulados. Por esse motivo, pontuou que seria importante monitorar o impacto da população no entorno. Além disso, solicitou que as compensações fossem realizadas nas sub-bacias mais próximas do local de impacto.

Gerson (IPT) pontuou que seria importante também realizar o monitoramento da sedimentos visando acompanhar eventuais impactos provenientes do assoreamento. Em seguida, sugeriu que o parecer elaborado pelo GTCA fosse submetido à Câmara Técnica de Água Subterrânea visando uma análise sobre a presença de calcário e os impactos do rebaixamento do lençol freático na região.

Virgílio (MDV) questionou sobre os 81 anos de vida útil do empreendimento, considerando-o muito longo. Questionou ainda se esse período tão extenso está contemplado nos instrumentos das políticas ambientais.

Jordana sugeriu incluir uma revisão periódica desse licenciamento e incluir o Comitê nesse processo de acompanhamento, uma vez que concorda que 81 anos seria uma temporalidade extensa.

Bianca Forti (MDV) concordou com Virgílio informando que seria muito tempo sem ter monitoramento e se preocupou com relação ao quanto teria de impacto ao longo do tempo na área de várzea do rio Tietê, tendo em vista a ocorrência de eventos extremos. Sugeriu que o monitoramento fosse a cada 5 anos.

Vitor Silveira (PM de Santana de Parnaíba) apresentou preocupação com o cadastro das nascentes apresentado, o eventual rebaixamento do lençol freático e a ausência de informações sobre o balanço hídrico e geofísica.

Renata Moreira (UFABC) também concordou que o período de 80 anos é demasiado longo e sugeriu que o DAEE observasse os impactos que esse empreendimento possa ter com relação aos transportes de sedimentos e também aos impactos nas estruturas das comportas.

Marcia (DAEE) esclareceu que ingressou há pouco tempo como representante na Câmara Técnica, entretanto, irá levar as considerações para o Diretor do DAEE e retornará com as informações para os membros.

Jordana comentou que a outorga cedida ao empreendedor também carece de informações e solicitou a Marcia que trouxesse essas informações para complementar o parecer técnico.

Sonia Nogueira (AESABESP) alertou sobre a poluição de particulados, pois provocam câncer de pulmão, acidentes vasculares, cerebrais e doenças cardíacas.

2. Encaminhamento:

- Jordana irá contemplar as observações expostas, condicionadas à obtenção das informações sobre a outorga DAEE, fundamentais para revisão/complementação do parecer técnico.
- Ana encaminhará o documento para aprovação, via e-mail, para CTPA, GTCA, e Subcomitês JC e PP.

A reunião terminou às 12h00.